

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Cumprindo disposições legais e estatutárias, a administração da Companhia Nacional de Abastecimento – Conab submete à apreciação dos Senhores Conselheiros as Demonstrações Financeiras concernentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2005, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas.

I. Mensagem da Diretoria

A mudança representa a superfície de descontinuidade entre conjunturas diversas, cuja modificação envolve uma reavaliação completa, ou pelo menos parcial, de um antigo padrão de comportamento coletivo, assim como uma reapreciação dos métodos administrativos e dos instrumentos de ação.

O processo de mudanças levado a efeito no âmbito da Conab a partir de meados de 2003 e consolidado efetivamente em 2005 – intitulado de Plano de Revitalização –, viabilizou a implementação de uma gestão estratégica no âmbito da Companhia, o que exigiu o comprometimento de todos os colaboradores, no sentido de garantir o contínuo alinhamento entre a estratégia, os processos de negócios da Companhia, as iniciativas e as projeções orçamentárias, por meio de uma análise sistêmica e contínua.

A ênfase dada à governança corporativa em 2005 também merece destaque especial, com a adoção de uma gestão mais democrática, transparente e ética, buscando assegurar a manutenção de um equilíbrio entre os objetivos priorizados pela alta administração, a delegação e os controles internos.

A prioridade também recaiu sobre a qualificação adequada e o treinamento dos nossos colaboradores – com ênfase em questões diretamente relacionadas à competência e formação profissional-, objetivando a alavancagem dos ativos intangíveis que impulsionam a agregação de valor ao setor agrícola e do abastecimento, dentro de patamares de sustentabilidade, especialmente em relação ao produtor rural, consumidor final, usuários de informações, comunidades carentes, parceiros e a sociedade contribuinte. No transcorrer do exercício de 2005, a Companhia promoveu o treinamento de 5.176 colaboradores.

O exercício de 2005 foi marcado, também, por intensas transformações no “modus operandi” da Companhia, que buscou priorizar soluções logísticas e projetos integrados, de forma a obter maior eficiência e eficácia em suas ações. Nesse sentido, buscou-se o reordenamento dos instrumentos de ação, voltados para a execução e operacionalização da Política Agrícola, Gestão dos Estoques Públicos, Programas de Subvenção, Programa de Vendas em Balcão, Armazenagem e Fiscalização de Estoques Governamentais, Apoio à Comercialização da Agricultura Familiar, fortalecimento do comércio familiar de produtos básicos, apoio à modernização do setor de hortigranjeiros, entre outros.

II. A empresa

A Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, constituída nos termos da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, é uma empresa pública vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, com sede e foro no Distrito Federal e atuação em todo do Território Nacional.

Sua missão institucional é a de “contribuir para a regularidade do abastecimento e garantia de renda ao produtor rural, participando da formulação e da execução das políticas agrícola e de abastecimento”.

Sua estrutura é composta de unidades administrativas - Matriz e 21 Superintendências Regionais – e operacionais, representadas por 167 armazéns destinados à prestação de serviços de armazenagem e correlatos e a comercialização de produtos agrícolas, como suporte aos programas de abastecimento que a Companhia executa ou dos quais participa.

Encarregada de gerir as políticas agrícola e de abastecimento, a Companhia tem, consoante o seu Estatuto Social, como objetivos:

- Planejar, normatizar e executar a Política de Garantia de Preços Mínimos do Governo Federal.

- Implementar a execução de outros instrumentos de sustentação de preços agropecuários.

- Executar as políticas públicas federais referentes à armazenagem da produção agropecuária.

- Coordenar ou executar as políticas oficiais de formação, armazenagem, remoção, escoamento dos estoques reguladores e estratégicos de produtos agropecuários.

- Coordenar ou executar as políticas oficiais de formação, armazenagem, remoção, escoamento dos estoques reguladores e estratégicos de produtos agropecuários.

- Desenvolver ações no âmbito do comércio exterior, consoante diretrizes baixadas pelo MAPA, observado o Decreto nº 3.981, de 24 de outubro de 2001, que dispõe sobre a Câmara de Comércio Exterior – CAMEX, do Conselho de Governo, e dá outras providências.

- Participar da formulação da política agrícola.

- Exercer outras atividades, compatíveis com seus fins, que lhe sejam atribuídas ou delegadas pelo Poder Executivo.

III. Sua atuação

Para cumprir sua missão e, naturalmente, suas competências estatutárias, a Conab atua:

- Na formação dos estoques públicos – adquirindo produtos por meio das Aquisições do Governo Federal – AGF, pelo preço mínimo estabelecido pelo governo ou oriundos de Contratos de Opção de Venda, que irão compor os Estoques Reguladores e Estratégicos. A administração dos estoques é realizada pela Conab, de forma a manter a regularidade do abastecimento interno e a segurança alimentar e nutricional da população, além de regular os preços de mercado, garantir a estabilidade da oferta e demanda de alimentos.

- Na comercialização dos estoques públicos – vendendo, por meio de pregão eletrônico, os estoques reguladores e estratégicos, observadas as necessidades de cada região ou identificando áreas com altas de preços, com o propósito de regular o mercado, garantindo preços justos aos consumidores finais e eliminando ou atenuando os movimentos especulativos.

- Na movimentação dos estoques públicos – promovendo o apoio logístico aos produtores e aos diversos programas de abastecimento e armazenamento, no sentido de disponibilizar espaços de estocagem nas zonas de produção para o recebimento de novas safras, posicionando estrategicamente os estoques, com o objetivo de abastecer regiões vítimas de desequilíbrios de mercado e sujeitas a movimentos especulativos.

- Nas pesquisas e avaliação de safras – promovendo a pesquisa e avaliação de safras, utilizando tecnologias modernas, inclusive com o uso de geotecnologias (sensoriamento remoto, GPS – Global Positioning System e SIG – Sistema de Informações Geográficas).

O procedimento de pesquisa e avaliação de safras por meio de geotecnologias é acompanhado pela aplicação de modelos agrometeorológicos nos prognósticos de rendimento, assim como por levantamento de campo.

- Na operacionalização do Programa de Aquisição de Produtos da Agricultura Familiar – PAA – com a responsabilidade pela execução das ações diretas do PAA, por força de convênio mantido com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS.

O PAA constitui-se em uma ação estruturante do Fome Zero, no que se refere ao incentivo e fortalecimento da agricultura familiar, em particular na comercialização, garantindo renda aos produtores familiares e reduzindo os preços dos alimentos. Compreende, também, ações vinculadas à distribuição de produtos agropecuários adquiridos junto ao público alvo às populações carentes.

Em última instância, referida iniciativa do atual Governo e de expressivo significado sócio-econômico, visa, sobretudo, a melhoria do nível de renda dos agricultores familiares enquadrados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, e das condições calórico-proteicas das populações de baixa renda.

- Na execução dos Programas de escoamento de produtos – responsável pela execução do escoamento de produtos, por meio dos mecanismos PEP – Prêmio de Escoamento da Produção, VEP – Valor de Escoamento da Produção e PROP – Prêmio para Opção Privada de Venda. O objetivo de tais mecanismos não é a formação de estoques pelo Governo, mas o de garantir, por meio da subvenção econômica, o preço mínimo ao produtor e estimular os comerciantes e industriais a direcionar os seus produtos para regiões pré-definidas, objetivando regular o mercado.

- Na execução dos serviços de armazenagem e no acompanhamento do setor – além de contar com unidades armazenadoras com capacidade estática de 2,1 milhões de toneladas, destinadas ao atendimento supletivo e ao suporte de armazenagem de estoques públicos, promove o gerenciamento do Cadastro Nacional de Armazéns, realiza estudos sobre a redução de perdas em armazenagem e coleta e disponibiliza informações sobre estoques privados, e outras iniciativas de interesse do setor.

- Na fiscalização dos estoques públicos – envolvendo mais de uma centena de fiscais no processo de vistoria quantitativa, de forma a identificar e inibir os desvios de produtos, perdas, irregularidades e condições de manutenção e conservação dos estoques nos armazéns.

Em 2005, foi fiscalizada a totalidade dos estoques públicos vinculados aos programas desenvolvidos pela Conab.

- No apoio aos pequenos suinocultores, avicultores, granjeiros, moínhos coloniais, entre outros – por meio do Programa de Venda em Balcão a Conab garante a oferta de milho ao público alvo em suas respectivas regiões, e a preços que proporcione à viabilização do seu empreendimento.

- Na organização dos micros e pequenos varejistas – por meio do programa denominado de “Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos – REFAP, a Conab está desenvolvendo ações com o objetivo de proporcionar aos micros e pequenos varejistas de produtos básicos, um sistema de gestão comercial que lhes propiciem a qualificação e a expansão de seu empreendimento, mediante o suporte técnico necessário, acesso direto aos fornecedores e obtenção de financiamento para capital de giro. A expectativa é de obtenção dos seguintes resultados: a) para as comunidades: melhoria do suprimento alimentar, pela oferta de produtos de qualidade e a preços acessíveis; b) para os Municípios: maior geração de renda e aumento dos níveis de arrecadação, por conta da formalização e expansão do comércio local; c) para os varejistas: qualificação e expansão do seu comércio em função do suporte técnico oferecido, do reforço do capital de giro com taxas diferenciadas e do acesso direto e em condições favoráveis às indústrias fornecedoras; d) para os fornecedores: expansão quantitativa de suas vendas, pelo acesso a novos grupos de consumidores.

- No fomento ao desenvolvimento do setor de hortigranjeiros e na modernização do processo de gestão e da infra-estrutura de comercialização – Por meio da Portaria MAPA nº 171, de 24 de março de 2005, foi instituído, no âmbito da Conab, o Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro – PROHORT, com a finalidade de, em interação com os Estados e Municípios e os agentes integrantes da cadeia de produção e distribuição, fomentar o desenvolvimento do setor. Entre as iniciativas que estão sendo implementadas, cabe destacar, entre outras, as seguintes: a) desenvolvimento e integração dos bancos de dados estatísticos das Centrais de Abastecimento, de forma a subsidiar a formulação de políticas para o setor; b) universalização das informações; c) modernização dos processos de gestão técnico-operacional e administrativa das Centrais de Abastecimento; d) estimular a agregação de novas tecnologias à cadeia produtiva, direcionadas às necessidades e às exigências do mercado consumidor; e) adequação e modernização da infra-estrutura tecnológica e ambiental das Centrais de Abastecimento; f) ampliação das funções das Centrais de Abastecimento, transformando-as em áreas privilegiadas para execução e difusão das políticas públicas, especialmente no âmbito da saúde, educação e da segurança.

É dentro desse amplo e complexo universo que a Conab, consoante sua missão básica, vem atuando de forma eficiente e eficaz, concentrando os seus esforços através de ações conjugadas e compartilhadas com outras entidades, no equacionamento dos problemas e desafios enfrentados pelos setores agrícola e de abastecimento, considerada a cadeia de produção, circulação distribuição e consumo.

IV. Agradecimentos

A identidade entre eficiência e eficácia alcançada pela Companhia no desenvolvimento de suas ações em 2005 só foi possível graças aos nossos parceiros e clientes, que nos desafiam no dia-a-dia a superar nossas metas e melhorar cada vez mais nosso desempenho, embasando e orientando nossas ações no presente e no futuro. A todos eles os nossos agradecimentos.

Aos nossos colaboradores, desde o mais humilde até o mais graduado, o nosso reconhecimento e gratidão pelo talento, dedicação, profissionalismo e desprendimento, no esforço conjugado em construir uma empresa estável, organizada e que cumpra plenamente o seu destino. Eles constituem a parte fundamental do processo de mudanças da Companhia e dos resultados alcançados.

Aos Conselhos de Administração e Fiscal, os nossos agradecimentos pelas orientações e fiscalização dos atos e fatos da gestão, que nos ajudaram na conquista dos resultados de nossas ações, reconhecidos pela própria sociedade.

Por fim, os nossos profundos agradecimentos ao Senhor Ministro Roberto Rodrigues e ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República Luís Inácio Lula da Silva, pelo decisivo apoio que, sem o qual, não teríamos condições de viabilizar as transformações experimentadas pela Companhia ao longo do exercício.

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	VALORES EM R\$ MIL	
	2005	2004
CIRCULANTE	2.367.971	1.570.554
DISPONÍVEL	44.926	61.253
Bancos Conta Movimento	11	934
Aplicações Financeiras	44.915	60.319
CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO	539.893	468.303
CRÉDITOS A RECEBER	280.157	236.294
Devedores por Fornecimento	15.674	15.115
Créditos Tributários	155.623	111.885
Recursos a Receber	101.052	101.345
Créditos Diversos a Receber	7.808	7.949
DEVEDORES-ENTIDADES E AGENTES	251.835	226.949
Entidades Devedoras	8.488	1.600
Recursos da União	8.425	5.675
Diversos Responsáveis	229.133	213.788
Créditos Parcelados	5.789	5.886
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	2.239	1.783
Adiantamentos a Pessoal	2.239	1.783
DEPÓSITOS REALIZÁVEIS A CURTO PRAZO	5.662	3.269
VALORES EM TRÂNSITO REALIZÁVEIS	0	8
Ordens Bancárias a Compensar	0	8
BENS E VALORES EM CIRCULAÇÃO	1.781.170	1.040.099
Estoques para Alienação	1.620.756	908.757
Estoques de Distribuição	1	408
Almoxarifado	809	914
Títulos e Valores em Circulação	132	49
Estoques em Trânsito	398	39
Compra Antecipada - Entrega Futura	159.074	129.932
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	1.982	899
Valores Pendentes	1.982	899
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	61.832	62.468
DEPÓSITOS REALIZ. A LONGO PRAZO	26.403	23.410
Depósito Compulsório	838	838
Recursos Vinculados	25.565	22.572
CRÉDITOS REALIZ. A LONGO PRAZO	35.429	39.058
Devedores - Entidades e Agentes	13.150	15.267
Créditos Diversos a Receber	22.279	23.786
Títulos e Valores	0	5
ATIVO PERMANENTE	233.446	247.859
INVESTIMENTOS	98.919	102.268
Participações Societárias	37.138	37.248
Outros Investimentos	61.781	65.020
IMOBILIZADO	134.527	145.591
Bens Imóveis	210.319	214.085
Bens Móveis	39.835	40.121
Bens Intangíveis	0	82
Depreciações	(115.627)	(108.697)
TOTAL	2.663.249	1.880.881

PASSIVO	VALORES EM R\$ MIL	
	2005	2004
CIRCULANTE	2.260.745	1.457.905
DEPÓSITOS	15.825	12.646
CONSIGNAÇÕES	1.568	1.379
Pensão Alimentícia	4	1
Planos de Seguros	88	37
Empréstimos	160	163
Outros Tributos e Consignações	1.316	1.178
RECURSOS DA UNIÃO	13.093	2.451
Recursos Fiscais	3.902	631
Recursos Previdenciários	9.191	1.820
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	1.164	8.816
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	2.244.920	1.445.259
OBRIGAÇÕES A PAGAR	41.640	40.464
Fornecedores	13.259	13.831
Pessoal a Pagar	0	196
Encargos Sociais a Recolher	951	699
Obrigações Tributárias	25.492	24.819
Resíduos Passivos	1.934	843
Obrigações Diversas a Pagar	4	76
PROVISÕES	73.976	70.257
Provisão para Férias	13.958	10.398
Provisão para o INSS	8.596	8.595
ICMS s/Mercadorias para Revenda	0	4
Provisão para ICMS	46.469	46.469
Provisão para o PIS	2	5
Provisão p/IRPJ e CSL	0	1.082
Provisão para COFINS	9	25
Encargos Sociais sobre Provisões	4.942	3.679
CREDORES - ENTIDADES E AGENTES	235.334	184.327
Entidades Credoras	235.334	184.327
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.893.297	1.147.557
Internas e Externas	87	96
Operações Especiais	1.893.210	1.147.461
ADIANTAMENTOS RECEBIDOS	319	1.315
Adiantamentos de Clientes	319	1.315
OUTRAS OBRIGAÇÕES	354	1.339
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	689	888
OBRIGAÇÕES EXIGÍVEIS A LONGO PRAZO	689	888
Depósitos e Cauções	69	69
Operações de Crédito - Interna	37	59
Operações de Crédito - Externa	583	760
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	401.815	422.088
Capital	223.181	223.181
RESERVAS	35.992	35.958
Reservas de Capital	25.990	25.956
Reservas de Lucros	10.002	10.002
RESULTADO ACUMULADO	142.642	162.949
TOTAL	2.663.249	1.880.881

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO DE 2005

DETALHAMENTO	VALORES EM R\$ MIL	
	2.005	2.004
RECEITA DE VENDAS E SERVIÇOS	288.743	322.419
RECEITA DE VENDAS DE MERCADORIAS	262.726	290.066
Vendas Estoques Estratégicos	240.175	228.513
Vendas Estoques Reguladores-PGPM	22.666	60.899
Vendas Abastecimento Social	299	0
Vendas Atacado - Outros	0	112
Adição a Receita de Vendas	(414)	542
RECEITA DE SERVIÇOS	26.017	32.353
Serviços de Armazenagem	26.017	32.353
(-)DEDUÇÕES DAS REC. DE VENDAS E SERVIÇOS	22.453	30.071
ICMS	18.943	25.519
Pasep	456	631
Cofins	2.126	2.621
ISS	928	1.300
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS E SERVIÇOS	266.290	292.348
(-)CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS	383.282	308.337
CMV - Estoques Estratégicos	350.041	262.435
CMV - Estoques Reguladores-PGPM	33.240	45.862
CMV - Abastecimento Social	1	0
CMV - Atacado e Outros	0	40
(+/-)ARREDONDAMENTOS	(402)	97
(-)EQUALIZAÇÃO DE PREÇOS	(139.497)	(70.702)
LUCRO BRUTO OPERACIONAL	22.907	54.616
(-)DESPESAS OPERACIONAIS	339.771	296.800
(-)DESPESAS DE PESSOAL	189.876	161.825
Vencimentos e Vantagens Fixas	129.004	105.990
Obrigações Patronais	45.619	36.587
Outras Desp. Variáveis-Pessoal Civil	7.607	5.928
Sentenças Judiciais e Dep. Compulsórios	7.646	13.320
(-)DESPESAS COMERCIAIS E ADMINISTRATIVAS	149.895	134.975
Despesas/Receitas Financeiras	(9.191)	(11.491)
Contrib.a Entid.Fechadas de Previdência	21.832	16.617
Transferências ao Exterior	1.309	1.035
Material de Consumo	5.708	6.677
Diárias-Pessoal Civil	4.580	3.391
Passagens e Desp.com Locomoção	2.672	2.217
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	1.796	1.684
Locação de Mão-de-Obra	10.847	10.216
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	60.593	51.220
Obrigações Tributárias e Contributivas	33.336	39.585
Aquisições de Bens para Revenda	0	342
Outras Despesas Operacionais	16.413	13.482
(+)RECEITAS OPERACIONAIS DIVERSAS	303.098	281.770
Transferências Financeiras	261.019	227.390
Multas e Encargos de Outras Origens	4.207	3.037
Indenizações e Restituições	16.551	11.837
Receitas Imobiliárias	6.497	4.710
Receitas de Valores Mobiliários	775	131
Receitas Diversas	14.049	34.665
RESULTADO OPERACIONAL	(13.766)	39.586
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	1.193	1.086
RECEITA NÃO OPERACIONAL	2.448	2.975
Alienação de Bens Móveis	(1.509)	(783)
Alienação de Bens Imóveis	1.433	1.625
Depreciação - Reversão	2.524	2.133
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS	1.255	1.889
RESULTADO ANTES DO IMP. RENDA E CONTR. SOCIAL	(12.573)	40.672
Provisão para Imposto de Renda	0	789
Provisão para Contribuição Social Sobre o Lucro	0	293
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(12.573)	39.590
LUCRO POR AÇÃO	(6,76)	21,29

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS

DESCRIÇÃO	VALORES EM R\$ MIL	
	2005	2004
1. ORIGENS DOS RECURSOS		
Lucro Líquido do Exercício	0	39.590
Depreciações	0	10.182
Lucro/Prejuízo na Venda do Ativo Permanente	0	(2.598)
Resultado Ajustado do Exercício	0	47.174
Redução do Ativo Realizável a Longo Prazo	636	0
Alienação de Investimentos e do Ativo Imobilizado	5.273	11.244
Desincorporação de Bens Patrimoniais/Investimentos	8.821	1.930
TOTAL DAS ORIGENS	14.730	60.348
2. APLICAÇÕES DE RECURSOS		
Prejuízo Líquido do Exercício	12.573	0
Depreciações	(9.454)	0
Lucro/Prejuízo na Venda do Ativo Permanente	2.448	0
Resultado Ajustado do Exercício	5.567	0
Aumento do Realizável a Longo Prazo	0	4.895
Aquisições de Bens ou Direitos do Ativo Imobilizado	6.653	10.376
Redução do Passivo Exigível a Longo Prazo	199	295
TOTAL DAS APLICAÇÕES	12.419	15.566
3. VARIAÇÃO DO CAPITAL CIRC.LÍQUIDO		
4. DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO		
ATIVO CIRCULANTE		
No Início do Exercício	1.570.554	1.324.710
Resultado de Exercícios Anteriores	(7.733)	(32.305)
Ativo Circulante Inicial Ajustado	1.562.821	1.292.405
No Final do Exercício	2.367.971	1.570.554
	805.150	278.149
PASSIVO CIRCULANTE		
No Início do Exercício	1.457.906	1.225.022
Resultado de Exercícios Anteriores	0	(483)
Passivo Circulante Inicial Ajustado	1.457.906	1.224.539
No Final do Exercício	2.260.745	1.457.906
	(802.839)	(233.367)
CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	2.311	44.782

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EM R\$ 1000

DISCRIMINAÇÃO	RESERVAS DE CAPITAL			RES. LUCROS RESERVA LEGAL	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
	CAPITAL REALIZADO	CORREÇÃO MONET. DO CAPITAL	DOAÇÕES E SUBVENC. P/ INVESTIM.			
SALDO EM 01/01/2004	223.181	25.373	531	10.003	155.427	414.515
RESULT. DE EXERC. ANTERIOR					(32.069)	(32.069)
RESULTADO DO EXERCÍCIO					39.590	39.590
DOAÇÕES			52			52
SALDO EM 31/12/2004	223.181	25.373	583	10.003	162.948	422.088
RESULT. DE EXERC. ANTERIOR					(7.733)	(7.733)
RESULTADO DO EXERCÍCIO					(12.573)	(12.573)
DOAÇÕES			33			33
SALDO EM 31/12/2005	223.181	25.373	616	10.003	142.642	401.815

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2005

NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB, empresa pública, vinculada ao Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento, dotada de personalidade jurídica de direito privado e criada pela Lei n.º 8.029, de 12 de abril de 1990, tem como missão: “Contribuir para a regularidade do abastecimento e garantia de renda ao produtor rural, participando da formulação e da execução das políticas agrícola e de abastecimento”.

A Companhia tem por finalidade executar a Política Agrícola, no segmento do abastecimento alimentar, a Política de Garantia de Preços Mínimos e fornecer subsídios ao Ministério da Agricultura,

Pecuária e Abastecimento, na formulação, no acompanhamento das referidas políticas, e na fixação dos volumes mínimos dos estoques reguladores e estratégicos.

À Conab compete: normatizar e executar a Política de Garantia de Preços Mínimos do Governo Federal; implementar a execução de outros instrumentos de sustentação de preços agropecuários; executar as políticas públicas federais referentes à armazenagem da produção agropecuária; coordenar ou executar as políticas oficiais de formação, armazenagem, remoção e escoamento dos estoques reguladores e estratégicos de produtos agropecuários; encarregar-se da execução das políticas do Governo Federal, nas áreas de abastecimento e regulação da oferta de produtos agropecuários, no mercado interno; desenvolver ações no âmbito do comércio exterior, consoante diretrizes baixadas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, observando o Decreto n.º 3.981, de 24 de outubro de 2001; participar da formulação da política agrícola; e exercer outras atividades, compatíveis com seus fins, que lhe sejam atribuídas ou delegadas pelo Poder Executivo.

Para a consecução de seus objetivos, a Companhia atua:

-Na formação de estoques públicos – adquirindo produtos por meio das Aquisições do Governo Federal -AGF, pelo preço mínimo estabelecido pelo governo ou oriundos de Contratos de Opção de Venda, que irão compor os Estoques Reguladores e Estratégicos. Os estoques são administrados pela Conab, de forma a manter a regularidade do abastecimento interno e a segurança alimentar e nutricional da população, com o objetivo, também, de regular preço do mercado interno, garantir a estabilidade do sistema econômico e a oferta de alimentos para a população, assegurando aos produtores, por outro lado, preços mínimos de comercialização.

-Na pesquisa e avaliação de safras – a Conab é responsável pela pesquisa e avaliação de safras, utilizando tecnologias modernas e precisas, visando orientar as diretrizes governamentais relativas ao abastecimento interno, exportação e importação dos principais produtos agrícolas.

-Na armazenagem de produtos agrícolas – a Companhia é a responsável institucional pelo Cadastro Nacional de Armazéns Gerais. Atua, ainda como empresa armazenadora e disponibiliza seus armazéns para a guarda de produtos adquiridos pelo Programa de Aquisição da Agricultura Familiar e Cestas de Alimentos.

-Na movimentação dos estoques públicos – a Conab atua no apoio logístico aos produtores e aos diversos programas de abastecimento e armazenamento, buscando a abertura de espaços em armazéns localizados na zona de produção, para receber novas safras e posicionando estrategicamente esses estoques, de modo a abastecer regiões carentes, com todo o rigor técnico, visando a integridade física e qualitativa dos estoques.

-Na comercialização – a Conab vende seus estoques, observando a necessidade de cada região ou identificando áreas com altas de preços, com o propósito de regular o mercado aos consumidores finais, objetivando, ainda, eliminar ou atenuar os movimentos especulativos.

-No Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar - PAA – A Conab é responsável pela execução de ações diretas do PAA, com recursos do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, por meio dos mecanismos: Compra Direta da Agricultura Familiar, Compra Antecipada Especial da Agricultura Familiar e Contrato de Garantia de Compra da Agricultura Familiar. O programa é uma ação estruturante do Fome Zero no que se refere ao fortalecimento da agricultura familiar, em particular no que diz respeito à comercialização, garantindo renda aos produtores familiares e redução dos preços de alimentos.

-Na aquisição e distribuição de cestas de alimentos – A Conab é a empresa executora operacional do Programa Fome Zero, nas ações relacionadas com aquisição e distribuição de cestas de alimentos, com recursos do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

-Programas de escoamento de produtos – A Conab executa, também, os programas de escoamento de produtos: PEP – Prêmio de Escoamento da Produção, VEP – Valor de Escoamento da Produção e PROP – Prêmio para Opção Privada de Venda, onde o governo não forma estoque, mas, por meio de subvenção econômica, garante o preço mínimo ao produtor e estimula os comerciantes e industriais a dirigir os seus produtos para regiões pré-definidas, objetivando regular o mercado.

NOTA 2 – PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade e obediência aos preceitos da Legislação Comercial que rege a matéria, à Lei das Sociedades Anônimas e aos Princípios de Contabilidade geralmente aceitos.

As principais práticas na elaboração das demonstrações financeiras e que merecem ser destacadas, foram as seguintes:

2.1 - Apuração do Resultado

O resultado foi apurado em obediência ao regime de competência do exercício.

2.2 - Direitos e Obrigações

Os direitos foram demonstrados pelos valores de realização e as obrigações pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluídos os rendimentos ou encargos, em cada caso, e as respectivas variações monetárias quando aplicáveis, classificados de acordo com os artigos 179 e 180 da Lei n.º 6.404/76.

2.3 - Estoques de Produtos

2.3.1 - Estoques Reguladores e Estratégicos

A formação e manutenção de Estoques Reguladores e Estratégicos são realizadas diretamente pela Conab, executadas em orçamento próprio, mediante a transferência direta dos recursos do Tesouro Nacional. A avaliação dos estoques públicos é feita com base no custo efetivo do produto, excluído o ICMS recuperável, conforme disposto na Portaria Interministerial n.º 38, de 09/03/2004.

2.3.2 - Demais Estoques

Os demais estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição, excluído o ICMS recuperável.

2.4 - Almoarifado

Os itens existentes nos almoarifados foram avaliados pelo custo médio de aquisição.

2.5 - Débitos de Prestadores de Serviços de Armazenagem

Foram registrados pelo valor da sobretaxa na data da ocorrência, nos termos da Portaria Interministerial n.º 38, de 09/03/2004, representando as dívidas dos armazenadores em seus valores originais, decorrentes de perdas, desvios e alteração de qualidade em armazenagem de produtos pertencentes aos estoques públicos.

2.6 - Ativo Permanente

Os investimentos e o imobilizado estão registrados pelo custo de aquisição, acrescidos, até 31/12/95, das atualizações monetárias correspondentes. A depreciação foi calculada pelo método linear, aplicando-se as taxas correspondentes ao tempo de vida útil das respectivas espécies de bens, e observados os limites estabelecidos pela legislação vigente.

2.7 - Imposto de Renda e Contribuição Social

A Conab adota como forma de tributação, o lucro real trimestral, consoante legislação em vigor.

DIREITOS

NOTA 3 – CRÉDITOS A RECEBER

3.1 – Devedores por Fornecimento

Os saldos da conta estão representados pelos direitos a receber, decorrentes de vendas de mercadorias e prestação de serviços de armazenagem, conforme discriminado a seguir.

Discriminação	Valores em R\$	
	Exercício 2005	Exercício 2004
Abastecimento Social	295.512,82	242.044,51
Serviços de Armazenagem	15.125.199,35	14.467.152,33
Atacado e Outros	253.163,84	405.351,30
TOTAL	15.673.876,01	15.114.548,14

3.2 – Créditos Tributários

Representam os créditos de impostos e tributos a serem compensados futuramente, a saber:

Discriminação	Valores em R\$	
	Exercício 2005	Exercício 2004
ICMS a Compensar	70.034.745,73	77.227.072,00
ICMS a Recuperar	4.327.270,11	4.366.818,51
IRPJ a Compensar	1.697,55	10.199,50
IRRF a Compensar	2.470.715,86	2.352.410,58
ICMS Diferido	78.754.787,06	27.813.437,28
Contribuições Outros Impostos	33.680,70	114.758,63
TOTAL	155.622.897,01	111.884.696,50

Os valores registrados na conta de ICMS a Compensar e ICMS a Recuperar representam os créditos de ICMS, decorrentes do pagamento do imposto nas aquisições de produtos, predominantemente de produtores rurais para os Estoques Reguladores, Estratégicos e Agricultura Familiar, por substituição tributária, conforme Convênio ICMS 49/95, até o exercício de 2003. A partir do exercício de 2004, com a edição da Portaria Interministerial nº 38/04, os créditos de ICMS dessas operações foram registrados na conta de ICMS Diferido. Tal procedimento visa identificar o valor do ICMS que, juntamente com os estoques e as perdas não indenizadas, irão compor o montante das operações com estoques públicos.

3.3 – Recursos a Receber

3.3.1 – Limite de Saque com Vinculação de Pagamento

O montante de R\$ 31.019.652,80 refere-se ao limite de recursos para pagamentos em 2006, de despesas processadas e liquidadas, relativas a gastos com pessoal, custeio e convênios.

3.3.2 – Recursos a Receber do Tesouro Nacional

Contempla o saldo de recursos a receber do Tesouro Nacional por meio do Ministério Supervisor, relativo aos valores inscritos em restos a pagar processados em exercícios passados, cujos recursos ainda não foram liberados e valores inscritos em restos a pagar no exercício de 2005, cujas despesas foram liquidadas no exercício, com obrigações a pagar no exercício seguinte, com a seguinte composição:

-Valor de R\$ 28.351.541,86, referente as aquisições contratadas em 1999 para atendimento ao Programa de Distribuição Emergencial de Alimentos, cujos pagamentos foram realizados com recursos próprios da Conab.

-Valor de R\$ 5.351.905,99, referente a recursos a receber do exercício de 2003, relativo a folha de pagamento.

-Valor de R\$ 7.076.653,99, referente aos valores inscritos em restos a pagar processados em 2005, decorrentes de despesas de folha de pagamento a pagar no exercício seguinte.

-Valor de R\$ 29.251.876,14, referente recursos a receber com estoques públicos, provenientes de despesas liquidadas e inscritas em restos a pagar, com obrigações a vencer em 2006.

Citados valores fizeram parte do processamento automático efetuado pela Secretaria do Tesouro Nacional, conforme procedimentos definidos no Manual de Contabilidade, código 02.03.18 – Quadro III, item 2.2.2, do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – Siafi.

Discriminação	Valores em R\$	
	Exercício 2005	Exercício 2004
Limite de Saque com Vinculação de Pagamento	31.019.652,80	40.710.147,75
Recursos a Receber – Tesouro	70.031.977,68	60.634.442,90
TOTAL	101.051.630,48	101.344.590,65

3.4 – Créditos Diversos a Receber

3.4.1 – Créditos Diversos a Receber de Curto prazo

São oriundos das alienações de bens patrimoniais, da folha de pagamento e de outros créditos relacionados às operações da Companhia.

Discriminação	Valores em R\$	
	Exercício 2005	Exercício 2004
Créditos por Alienação de Bens	6.798.075,85	6.732.110,13
Créditos por Cessão de Pessoal	869.101,40	967.963,87
Outros Créditos	141.107,35	248.942,53
Subtotal	7.808.284,60	7.949.016,53

3.4.2 – Créditos Diversos a Receber de Longo Prazo

Discriminação	Valores – R\$	
	Exercício 2005	Exercício 2004
Créditos por Alienação de Bens	18.918.908,51	20.826.399,12
Títulos a Receber	2.912.972,67	2.521.392,90
Outros Créditos	265.219,27	442.839,89
Subtotal	22.097.100,45	23.790.631,91
TOTAL DOS CRÉDITOS	29.905.385,05	31.739.648,44

3.5 – Devedores – Entidades e Agentes

Correspondem aos direitos a receber de Entidades Federais, da União, relativos as equalizações de preços de produtos dos estoques Reguladores e Estratégicos; créditos parcelados originados de perdas de estoques governamentais depositados em armazéns de terceiros, objeto de acordos firmados entre as partes; débitos apurados relativos a perdas/desvios em armazenagem de produtos dos estoques públicos, depositados em armazéns de terceiros, multas por atraso na entrega de mercadorias e outros débitos.

3.5.1 – Devedores – Entidades e Agentes – Curto Prazo

Descrição	Valores em – R\$	
	31/12/05	31/12/04
Entidades Federais	8.488.249,39	1.600.000,00
Créditos Parcelados	5.788.858,96	5.886.236,30
Recursos da União	8.425.008,04	5.674.895,20
Diversos Responsáveis - Apurados	229.132.740,75	213.788.352,56
TOTAL	251.834.857,14	226.949.484,06

3.5.2 – Devedores – Entidades e Agentes – Longo Prazo

Descrição	Valores em – R\$	
	31/12/05	31/12/04
Créditos Parcelados	13.036.556,21	15.153.773,25
Créditos a Recuperar	113.237,83	113.237,83
TOTAL	13.149.794,04	15.267.011,08

3.6 – Recursos Vinculados

Referem-se a depósitos judiciais e depósitos para recursos, efetuados por decisão judicial, com predominância de causas trabalhistas em andamento na Justiça, registrados no curto e longo prazos, totalizando R\$ 31.226.466,31.

3.7 – Bens de Estoques

Correspondem aos estoques sob a responsabilidade da empresa, oriundos das operações com Estoques Reguladores e Estratégicos, produtos para doação – Fome Zero, Compra Direta da Agricultura Familiar, e ainda adiantamento para Compra Antecipada da Agricultura Familiar (CPR Alimento e CPR Alimento – Especial).

Destaque-se o valor de R\$ 159.073.980,92, que representa o saldo a receber dos adiantamentos concedidos nos exercícios de 2003, 2004 e 2005, para Compra Antecipada – CPR Alimento e Compra Antecipada Especial da Agricultura Familiar, que serão quitados mediante a entrega de produtos ou em espécie, de acordo com o vencimento de cada cédula.

Em relação às CPRs Alimento, ressaltamos que ocorreram recebimentos em 2005 e a Conab está efetuando as cobranças e adotando as demais medidas cabíveis, para aquelas já vencidas e ainda não quitadas.

Descrição	Valores dos Estoques – R\$	
	31/12/05	31/12/04
Estoques de Mercadorias	1.620.756.213,44	908.757.184,56
Estoques de Almoarifado	942.240,75	1.371.108,84
Estoques em Trânsito	397.807,21	38.943,30
Compra Antecipada - CPR Alimento e Especial	159.073.980,92	129.932.335,23
TOTAL	1.781.170.242,32	1.040.099.571,93

OBIGACÕES

NOTA 4 – DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS

Estão representados pelo montante de R\$ 1.163.653,01, correspondente aos valores recebidos a título de caução e importâncias recebidas para pagamento de Valores de Escoamento de Produção – VEP.

NOTA 5 – PROVISÕES

5.1 – Provisão para Férias e Encargos Sociais sobre Provisões
Estão representadas pelo total de R\$ 18.899.755,52.

5.2 – Provisão para IRPJ e CSLL

Não houve registro de provisão para o Imposto de Renda e Contribuição Social, pois a empresa apurou prejuízo nas atividades próprias no 4º trimestre de 2005.

5.3 – Provisão para ICMS e INSS

Em função das autuações fiscais ocorridas no Estado do Mato Grosso, foi constituída provisão para o ICMS no exercício de 2003, no valor de R\$ 43.252.515,98, referente aos Autos de Infração nºs 42.185, 42.186, 42.200 e 25.539 da Secretaria de Fazenda daquele Estado que se encontram em discussão na esfera judicial, além do valor de R\$ 3.216.266,88, objeto do processo nº 96.0454318 e outros, da Secretaria de Fazenda do Estado de São Paulo, todos relacionados com as operações da Política de Garantia de Preços Mínimos - PGPM.

Da mesma forma, foi provisionado o valor de R\$ 8.369.416,29, relativo ao Auto de Infração do INSS nº 35187355-4, contestado judicialmente, referente às verbas de abono e licença-prêmio concedidos nos anos de 1996 a 2000, além do valor de R\$226.100,97, referente aos Autos de Infração nºs 31984538-9, 31984613-0, 31984610-5, 31984616-4, 31984609-1, 31984607-5, 31984611-3, 31984615-6, 31984612-1, 31984614-8, 31984539-7, 31984608-3 e 31984618-0, oriundos de glosas realizadas pelo INSS nas compensações feitas nos créditos de FINSOCIAL, apurados na Superintendência Regional do Rio Grande do Sul.

NOTA 6 – OPERAÇÕES ESPECIAIS

6.1 – Créditos do Tesouro Nacional – Estoques Públicos

Refere-se ao registro das transferências efetuadas pelo Tesouro Nacional à Conab dos recursos destinados à formação e manutenção dos estoques vinculados à Política de Garantia de Preços Mínimos e dos Estoques Estratégicos, na forma estabelecida pela Portaria Interministerial nº 38/04. O saldo da conta, em 31/12/2005, corresponde a R\$ 1.893.209.478,87.

6.2 – USAID/Clube de Paris

Trata-se de financiamento assinado em 1971, com vencimentos semestrais, amortizáveis em dólar americano, a juros de 2% a.a., durante os dez primeiros anos e o restante a 3% a.a., e destinado a financiar a modernização do Sistema de Abastecimento. Apresentou o saldo em 31/12/2005, de R\$ 582.873,31, com vencimento final em 18 de dezembro de 2012.

As parcelas nºs 21 e 22, vencidas em 18/10/1992 e 18/04/1993, foram honradas pelo Tesouro Nacional, totalizando R\$ 82.826,62, equivalente à época a US\$ 45.659,66. Esse valor está sendo pago por meio do Banco do Brasil, conforme contrato de confissão de dívida assinado entre a União e a Companhia, com intervenção do Banco do Brasil. O saldo da dívida em 31/12/2005, é de R\$ 36.915,04, e a data prevista para o final do pagamento é 20 de dezembro de 2006.

NOTA 7 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

7.1 – Capital

O Capital Social é composto de 1.859.907 Ações Ordinárias escriturais e sem valor nominal, integralmente subscritas pela União.

7.2 – Resultado de Exercícios Anteriores

Por recomendação da Auditoria Interna, no processo interno nº 1.873/04 foram procedidos lançamentos contábeis complementares aos ajustes feitos no exercício de 2004, com desoneração dos estoques dos valores correspondentes ao ICMS Diferido registrados no exercício de 2003 e o consequente registro na conta “Resultado de Exercícios Anteriores”, no montante de R\$ 7.344.858,60, sem contudo, alterar o resultado do exercício de 2005.

NOTA 8 – DIVERSOS RESPONSÁVEIS EM APURAÇÃO

Encontram-se registrados no ativo compensado, para fins de controle, os débitos em apuração, no valor total de R\$ 39.853.695,89, com destaque para a conta “Responsáveis por Danos e Perdas” – onde são registrados os débitos ainda em apuração, relativos a perdas/desvios em armazenagem de produtos dos estoques públicos, ocorridos em armazéns de terceiros, antes da vigência do contrato de quebra zero (sobretaxa), as perdas de produtos ocorridas em unidades próprias, aquelas relativas a alteração de qualidade de estoques e os valores em apuração decorrentes da certificação irregular da qualidade dos estoques de algodão em pluma, da safra 1997/1998, objeto de Aquisições do Governo Federal – AGF, efetuados no estado de Goiás, processo nº 09.0222/03, este último totalizando R\$ 34.943.497,39.

NOTA 9 – OPERAÇÕES COM ESTOQUES PÚBLICOS

A formação e manutenção dos estoques públicos de produtos agropecuários são realizadas pela Conab, executadas em orçamento próprio e mediante a transferência de recursos do Tesouro Nacional,

consoante o disposto na Portaria Interministerial nº 38, de 9 de março de 2004. O valor das transferências realizadas pelo Tesouro Nacional no exercício de 2005 totalizou a importância de R\$ 1.141.500.937,61.

O retorno dos recursos ao Tesouro Nacional se dá por ocasião do recebimento das vendas, indenizações de perdas ou quaisquer outras receitas com alienação de estoques públicos. Neste exercício foram transferidos para o Tesouro Nacional o montante de R\$ 259.316.601,01.

NOTA 10 – PROCESSOS JUDICIAIS

Resalte-se o trabalho desenvolvido pela Conab para ajuizar os processos relativos a perdas em armazenagem, débitos de empregados e outros débitos. No exercício de 2005 foram ajuizados 597 processos.

NOTA 11 – ENTIDADE FECHADA DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

O INSTITUTO CONAB DE SEGURIDADE SOCIAL - CIBRIUS, é a entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos, cuja patrocinadora é a COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB, e tem como finalidade instituir e executar planos de benefícios de caráter previdenciário, na forma das Leis Complementares nºs 108 e 109, de 29 de maio de 2001 e promover o bem estar social dos empregados da Conab.

Referida entidade, com sede e foro na cidade de Brasília-DF, foi criada em 1978, pelo Ministro da Previdência e Assistência Social, através da Portaria nº 1.383, de 08 de março de 1979, publicada no Diário Oficial da União de 13 de março de 1979.

Cabe destacar o saldo constante na conta Contrato de Serviço – Compensação, no valor de R\$ 80.385.169,09, correspondente às insuficiências atuariais contratadas pela Conab, na condição de patrocinadora do Instituto, objeto de Convênio celebrado em 07/10/94 e seus aditivos.

JACINTO FERREIRA

Presidente

JOSÉ CARLOS DE ANDRADE

Diretor de Gestão Administrativa e Financeira

PEDRO SERGIO BESKOW

Diretor de Gestão de Estoques

SILVIO ISOPO PORTO

Diretor de Logística e Gestão Empresarial

EUGENIA MARIA ROCHA DE OLIVEIRA

Superintendente de Contabilidade

Tec. Contabilidade CRC DF 015416/O-8 CPF:281690001-06

PARECER DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA

A unidade de auditoria interna, com base nas normas de auditoria aplicáveis e nas técnicas e procedimentos amostrais realizados, examinou os atos e fatos praticados no âmbito da Companhia Nacional de Abastecimento relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2005, dando cumprimento ao disposto no inciso III, art. 15 do Regulamento Interno da Conab (normas da organização código nº 10.104). Os procedimentos de revisão consistiram basicamente de:

i) entrevistas junto a profissionais da Companhia para entendimento dos principais critérios e premissas utilizados na preparação das peças inseridas no processo de prestação de contas anual; ii) análises de informações de arquivos eletrônicos extraídos do sistema integrado de administração financeira (SIAFI) e confronto, em base de amostragem, dessas informações com a documentação que suportou os respectivos registros contábeis; iii) confrontação com fontes de informações extra-contábeis, em base de amostragem; iv) revisão, em base de amostragem, de contratos, acordos e outros instrumentos/documentos comprobatórios, e confronto com as informações contidas no SIAFI; v) análise de processos de trabalho e de fluxos de informações que subsidiaram a percepção sobre o nível de aderência da gestão aos princípios de controles internos administrativos.

02.Merece registro, inicialmente, a exiguidade de tempo para que esta unidade de auditoria interna atendesse plenamente as orientações da Controladoria-Geral da União contidas no anexo VIII da Norma de Execução/CGU nº 1, de 05/01/2006, a qual, em nosso entendimento, deveria ter sido publicada no início de 2005 – até mesmo para subsidiar a elaboração do PAAAI/2005 – na medida em que ampliou, consideravelmente, o escopo do Parecer da Auditoria Interna, até então emitido sob a ótica contábil, apenas.

I. COMPOSIÇÃO DO PROCESSO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

03.A elaboração do processo de prestação de contas anual atendeu as regras estabelecidas na Portaria nº 195, de 29 de novembro de 2005, do Senhor Presidente da Conab, bem como a Instrução Normativa/TCU nº 47/2004, a Decisão Normativa/TCU nº 71/2005 e a Norma de Execução/CGU nº 1, de 05/01/2006, de que trata a Portaria/CGU nº 3, de 05/01/2006, republicada na edição do Diário

Oficial da União de 09/01/2006, representando, de forma fidedigna, as informações e os documentos que deram origem às peças contidas no processo.

II. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO BALANÇO ENCERRADO EM 31/12/2005

04.No nosso entendimento, as Demonstrações Financeiras do Balanço encerrado em 31/12/2005 foram elaboradas em conformidade com a NBC T 3 (Conceito, Conteúdo, Estrutura e Nomenclatura das Demonstrações Contábeis), aprovada pela Resolução/CFC nº 686/1990, com as alterações dadas pelas Resoluções/CFC nºs 847/1999, 887/2006 e 1.049/2005, e com o artigo 176 da Lei nº 6.404, de 15/12/1976, aplicável às empresas públicas. As Demonstrações – lidas em conjunto com as Notas Explicativas, o Relatório do Gestor e os relatórios de auditoria/Audin de nºs 001/06 e 002/006 – refletem a situação financeira, econômica e patrimonial da Companhia.

III. CUMPRIMENTO DAS METAS PREVISTAS NO PLANO PLURIANUAL E NA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

05.Em 2005, as atividades desenvolvidas pela Conab foram levadas a efeito, sob a ótica orçamentário-programática, em três programas de trabalho incluídos no Plano Plurianual 2004-2007, quais sejam: a) Programa Abastecimento Agroalimentar; b) Gestão de Política Agropecuária; e c) Programa Operações Especiais. Estes programas se subdividiram em um conjunto de 23 ações, as quais totalizam a alocação de recursos da ordem de R\$ 2.350.433.035,00.

06.A execução orçamentário-financeira priorizou as metas e diretrizes do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei de Meios para o exercício sob comentário.

IV. GOVERNANÇA, QUALIDADE E CONFIABILIDADE DOS INDICADORES DE DESEMPENHO

07.Verificou-se que a partir do Voto PRESI nº 02/04, de 07/12/2004, a Conab empreendeu esforços no sentido de fortalecer sua governança corporativa, sob o enfoque estratégico, na medida em que se buscou assegurar a existência de um equilíbrio entre os objetivos prioritizados, a delegação e o controle, num processo de direcionamento estratégico de critérios múltiplos consubstanciado em ferramenta denominada balanced scorecard (BSC), a qual colaborou para o incremento da inteligência coletiva e da assimilação das pessoas para a importância da cultura da melhoria contínua.

08.Como sistema de mensuração do desempenho baseado na estratégia, as relações de causa e efeito entre objetivos e indicadores de desempenho, inerentes ao BSC, foram traduzidas visualmente em diagrama denominado mapa estratégico (2005-2009), o qual explicitou (em cinco perspectivas) os objetivos coletivamente almejados: sociedade; processos internos; excelência organizacional; integração e financeira. A partir da concordância entre o que é importante para a melhoria de performance da Conab, foram concebidos coletivamente quarenta e três indicadores de desempenho para mensuração e monitoramento no período de 2005-2009, os quais se inserem nas cinco dimensões do desempenho: economicidade, eficiência, eficácia, efetividade e equidade; conforme se depreende da Matriz de Indicadores de Desempenho constante do Relatório de Atividades do Gestor.

09.Esta unidade de auditoria interna verificou que os indicadores de desempenho atendem aos requisitos de qualidade e de confiabilidade desejados pela Controladoria-Geral da União, na medida em que foram concebidos, também, sob a égide de metodologia utilizada por milhares de organizações em todo o mundo: o balanced scorecard (BSC), implantado à guisa de sistema de mensuração do desempenho, mas também como sistema de gestão estratégica.

10.Com base na Matriz de Indicadores de Desempenho, a qual contemplou 43 indicadores de desempenho constantes do mapa estratégico, observou-se, com 99,9% de certeza (com o uso do teste qui-quadrado de aderência de Karl Pearson 1), assimetria entre as cinco dimensões do desempenho mensuradas (desvio padrão de 10,74), quais sejam: economicidade (9,3%); eficiência (16,3%); eficácia (30,2%); efetividade (32,6%) e equidade (11,6%).

11.Diante da análise de simetria entre as dimensões dos indicadores de desempenho (ver nota nº 1, ao final), constatamos a predominância da eficácia e da efetividade, as quais correspondem, conjuntamente, a 62,8% dos indicadores de desempenho. Esta constatação explicita a salutar aderência da Conab à gestão referenciada predominantemente por resultados, quer aqueles almejados internamente em termos de metas decorrentes do planejamento, pertinentes à dimensão da eficácia, quer pelos impactos no espaço social, relativamente à efetividade; em que pese restar possibilidade à Conab – dada a preocupação da Controladoria-Geral da União quanto à razoabilidade de custo na aferição de indicadores de desempenho – no sentido de que, em futuras atualizações estratégicas, opte-se por maior simetria entre aquelas cinco dimensões do desempenho, em prol da economicidade, principalmente, dada a facilidade e o baixo custo da extração de dados do SIAFI.

12.No nosso entendimento, a Conab, para o período de 2005 a 2009, fez opção acertada em estruturar seu mapa estratégico para o fortalecimento do processo de governança corporativa, com ênfase para a transparência das diretrizes organizacionais e para a efetividade do acompanhamento sobre a implementação, sobretudo com a

realização periódica de reuniões de análise estratégica, numa dinâmica de tangibilização da governança, suportada por 43 indicadores de desempenho, os quais são considerados, por esta auditoria interna, como satisfatórios em termos de representatividade, homogeneidade, praticidade, validade, independência, simplicidade, cobertura, acessibilidade e estabilidade.

VADEQUAÇÃO DOS CONTROLES INTERNOS ADMINISTRATIVOS

13.Examinamos os controles internos administrativos da Entidade, com base em procedimentos e técnicas utilizadas na área de auditoria interna, e concluímos que eles estão devidamente adequados e aderentes às normas internas da Conab e que pequenas disfunções pontuais estão sendo saneadas diante, inclusive, das orientações da circular interna desta Audin de nº 402, de 17 de novembro de 2005, presente o impositivo quanto à relação custo/benefício do art. 14 do Decreto-lei nº 200, de 25/02/1967, além da comunicação interna nº 416, de 13 de dezembro de 2005, por meio da qual foram oferecidas sugestões à Superintendência de Recursos Humanos quanto à necessidade contínua de capacitação e desenvolvimento de pessoas na Companhia, à luz de indicativos emanados do Tribunal de Contas da União em 2005.

14.No nosso entendimento, a Conab se preocupou com a adequação de seus controles internos administrativos à natureza, complexidade e escala de suas operações, constatando-se a existência de arranjos claros e formalizados de delegação de autoridade e responsabilidade, segregação de funções (em aprovações, verificações e avaliações de desempenho de unidades organizacionais da Companhia), contabilização de ativos e obrigações, conciliação desses processos e salvaguarda de ativos/valores. O monitoramento da Conab, em linhas gerais, preocupou-se com a documentação e a organização dos sistemas de controles internos, cujas normas internas organizativas (estatuto, regimento e organograma) e manuais de rotinas e procedimentos foram disponibilizados na intranet, a todo o corpo profissional, em atendimento aos requisitos de gestão democrática, participativa, transparente e ética, a que faz referência o inciso V, art. 2º do Decreto nº 5.378, de 23/02/2005.

15.Constatou-se, ainda, a atenção da Conab no desenvolvimento de uma robusta cultura de estratégia, controle e de gestão orientada a resultados, utilizando-se de canais de comunicação constante entre os seus vários níveis hierárquico-organizacionais, merecendo destaque a disponibilização física, e em meio magnético (intranet) de: clipping diário, do Notícia do Dia, da Folha da Conab, etc.; em consonância com a metodologia COSO (Comitê das Organizações Patrocinadoras) de controles internos, a qual propugna, entre outros quatro elementos essenciais (i- identificação e avaliação de riscos; ii- atividades de controle e segregação de funções; iii- informação e comunicação; e iv- monitoramento de atividades e correção de deficiências), pela criação de um ambiente de controle sobre as transações, que se viabiliza na medida em que as pessoas saibam acerca de suas responsabilidades, dos limites de sua autoridade e tenham a consciência, competência e o comprometimento de fazerem, estrategicamente, o que é certo e da maneira correta, sem embargos às revisões periódicas do planejamento estratégico da Companhia, sobre as quais a alta administração pretende que sejam promovidas, também, de forma dialógica.

VI. PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS

16.No nosso entendimento, a Administração se preocupou com o sigilo e o não favorecimento de terceiros na fase interna dos feitos licitatórios realizados em 2005, em consonância com o princípio da isonomia a que se refere o art. 3º da Lei nº 8.666/1993. Além disso, foram feitas avaliações da regularidade dos instrumentos convocatórios, inclusive no que pertine ao adequado dimensionamento dos preços de referência estabelecidos (com fulcro em orçamentos detalhados e por meio de pesquisas de preços), dificultando elevações injustificadas de ofertas de proponentes, dos quais se exigiu idoneidade, sem prejuízo à defesa do caráter competitivo dos certames, em observância ao estatuto das licitações e das condições previstas nos editais, assegurados o contraditório e a ampla defesa aos interessados.

17.Quanto às revogações de certames licitatórios ocorridas, observou-se que foram motivadas em razão do interesse público, cuja tutela esteve atrelada, também, à avaliação da execução físico-financeira dos contratos a que se refere o art. 67 da Lei nº 8.666/1993, com reflexos na verificação do correto recebimento/aceitação de bens e ou serviços, vis-à-vis as condições editalícias ou contratuais. Nas excepcionalidades relativas à entrega de bens ou ao atesto dos serviços, os assuntos foram submetidos, na via de consequência, às unidades organizacionais demandantes e à assessoria jurídica, para fins de análise e manifestação; sem embargos à aplicação de sanções dentro dos prazos e em conformidade com os percentuais e condições estabelecidos nas cláusulas contratuais, com a recomendação da Administração no sentido de que o valor seja retido/descontado, por ocasião do efetivo pagamento do bem e ou do serviço prestado.

18.Em termos de alterações contratuais, verificou-se que a Administração promove avaliação dos aditamentos contratuais, em especial quanto à não alteração do objeto contratual, baseado em projeto inicial básico e/ou executivo. Verificou-se, ainda, diante da necessidade de acréscimos ou supressões, que a Administração demanda estudo técnico pela área supramencionada, existindo casos que

são apreciados, também, pela área de assessoramento jurídico. No que pertine à concessão de reequilíbrio econômico-financeiro, observa-se o interregno de 12 meses, aplicando-se os índices estabelecidos nos acordos coletivos das categorias profissionais. Em termos de reajustamento de contratos, há conformidade com o que fora pactuado nos respectivos instrumentos.

19. Diante da orientação da Controladoria-Geral da União explicitada na alínea “c”, item 5 da Norma de Execução/CGU nº 1, de 05/01/2006, de que trata a Portaria/CGU nº 3, de 05/01/2006, o quadro 1 contém a identificação dos responsáveis pelas fundamentações de

Unidade Organizacional	Nome(s) do(s) responsável(eis)	CPF nº
SUREG/AM	José Carlos Machado dos Santos Antônio Batista da Silva	043.487.702-63 274.995.022-87
SUREG/BA	Emanuel Carneiro de Lima e Silva Telma Ferreira da Silva	274.405.755-04 363.082.003-06
SUREG/CE	Elizeu Lima Souza	246.239.383-87
SUREG/ES	Antônio Henrique do Nascimento Dulce Maria Carneli de Melo Willians Lorencetti Mielki	416.835.447-49 715.849.357-15 560.276.727-49
SUREG/GO	João Nunes de Oliveira	124.592.751-53
SUREG/MA	José de Ribamar Gonçalves Fahd Genilde Miranda de Paiva	125.567.853-49 271.899.963-20
SUREG/MT	Herbert Ramos da Silva	270.309.623-20
SUREG/PA	José Américo Boução Viana Alda Maria Pessoa Ribeiro da Silva Rosanna de Angelis Valinoto Costa Antônio Fortunato Cordêro Costa Getúlio Darcielo Neri Solano	048.802.182-00 033.200.652-20 154.413.182-87 127.161.112-00 085.064.691-04
SUREG/PB	João Gomes da Silva	182.926.401-00
SUREG/PE	Valéria Cristina Lopes Fernandes Luís Roberto de Melo Freire Ronaldo Barbosa da Silva Ironete Rodrigues da Silva	182.623.681-34 036.384.564-04 304.666.954-20 180.764.914-87
SUREG/PI	José Ribamar Flor da Silva Renato Oliveira Pereira	129.881.033-72 095.570.753-68
SUREG/RJ	Mara Cecília Jucá de Mello	626.044.227-00
SUREG/RN	Sátyro Gil de Souza Filho	033.660.574-91
SUREG/RO	Niécio Campanati Ribeiro Deusamí Aguida Melo Silva Ocileane Araújo de Oliveira Lima	498.783.287-91 240.777.203-20 191.724.192-53
SUREG/RS	Augusto Pimenta Frazão da Silva Lisandra Beatriz Ciceri	142.423.703-34 464.889.280-15
SUREG/SC	Júlio César Moraes	341.392.659-49
SUREG/SP	Nivaldo Dreger da Silva	667.844.178-87
SUREG/TO	Paulo Roberto Bezerra José Cavaleante da Silva	194.381.174-15 058.990.014-53
SUOPE	Sérgio Luis de Carvalho Correa	220.591.481-20
SUPAD	Odete Bernadete de Moraes Maria de Lourdes R. de Oliveira José Roberto Dias de Macêdo Gustavo Guimarães Lima Ricardo Cardoso Alves Meireles Regina de Castro Barbo	084.416.691-04 504.401.525-34 057.219.701-20 035.257.704-56 112.724.901-06 214.740.101-30
SUREH	Silvana da Silva Rodrigues Aldécio Oliveira Almeida	151.123.651-53 090.487.741-87
SUMEP	Maria de Lourdes R. de Oliveira Gustavo Guimarães Lima Leah Machado	504.401.525-34 035.257.704-56 221.147.851-49
PROGE	Maria de Lourdes R. de Oliveira Gustavo Guimarães Lima Leah Machado Alvina Campos de Carvalho Dário Spegiorin Silveira Ricardo Cardoso Alves Meireles Maria do Socorro Marcelino de Silva Odete Bernadete de Moraes Sandra Maria Leite Regina de Castro Barbo	504.401.525-34 034.257.704-56 221.147.851-49 343.488.911-68 807.768.171-91 112.724.901-06 048.245.637-04 084.416.691-04 053.057.643-00 214.740.101-30

dispensas de licitações (incisos III a XXIV, art. 24 da Lei nº 8.666/1993) ou de inexigibilidades (art. 25 da Lei nº 8.666/1993), nas diversas unidades organizacionais da Conab.

QUADRO 1 Responsáveis pelas fundamentações de dispensas ou de inexigibilidades de licitação (por unidade organizacional da Conab, identificados por CPF

Notas de rodapé:

-As SUREG's MG, MS e PR informaram, respectivamente, pelas mensagens/fax nºs 669/2006, 313/2006 e 430/2006 que, no período de 01/01/2005 a 31/12/2005, não realizaram contratações com fulcro nos incisos III a XXIV, art. 24, e art. 25 da Lei nº 8.666/93.

-A Audin solicitou informações às Regionais por meio do fax nº 025/2006.

-A Audin solicitou informações às Superintendências de Áreas da Matriz por meio do fax nº 026/2006.

-A SUFIS, por meio da CI nº 0057, de 17/02/2006, informou que seus contratos seguiram modelo padrão aprovado pela Diretoria Colegiada na 539ª REDIR.

20. Durante o exercício de 2005, esta unidade de auditoria interna constatou algumas disfunções pontuais na seara das licitações, das dispensas, das inexigibilidades e dos contratos, particularmente nos relatórios de auditoria de nºs 008/05 (SUREG/MA), 009/05 (SUREG/TO), 010/05 (SUREG/GO), 014/05 (SUREG/ES), 025/05 (SUREG/PA), 028/05 (SUREG/MT), 048/05 (SUREG/BA), 051/05 (SUREG/AM), cujos apontamentos receberam, ou estão recebendo, providências corretivas por parte dos respectivos gestores, sob o monitoramento da Audin.

VII. CONVÊNIOS

21. Não se constatou a transferência voluntária de recursos (da órbita orçamentária própria da Conab, na condição de concedente) a entes federados ou a entidades privadas sem fins lucrativos, com fulcro na IN/STN-MF nº 01/1997.

22. Em 2005, na condição de conveniente, relativamente a recursos da União transferidos voluntariamente à Conab, verificou-se iniciativas internas quanto ao fortalecimento dos controles necessários às respectivas prestações de contas, parciais e finais, além da criação de unidades organizacionais próprias na estrutura hierárquica da Companhia, para melhor fazê-lo, inclusive; sem embargos ao exercício concomitante da função normativo-fiscalizadora dos órgãos federais concedentes, a que se refere o art. 23 da IN/STN-MF nº 01/1997, o inciso II, art. 45 da Lei nº 10.934, de 11/08/2004, e o § 6º, art. 10 do Decreto-lei nº 200/1967. Causou estranheza, a esta unidade de auditoria interna, a opção dos órgãos transferidores da Administração Direta da União pelos instrumentos de convênio pactuados sob a égide da IN/STN-MF nº 01/1997, sem considerar, todavia, a alternativa abordada pela Secretaria do Tesouro Nacional nos termos da Nota nº 301/2005/STN/CONED, de 28/03/2005, pois que “(...) a legislação atual reviu a questão das transferências voluntárias (...), deixando a União mais flexível para a execução do orçamento, até porque todas as informações estão fartamente disponíveis nos sistemas SIAFI, SIDOR e SIGPLAN, de modo a que, nem o Congresso Nacional, nem os órgãos de controle interno e externo, tenham qualquer dificuldade de acompanhar a execução de cada crédito e cada valor despendido à conta do orçamento da União”.

VIII. FOLHA DE PAGAMENTO DE PESSOAL

23. As ações de treinamento e desenvolvimento (T&D) foram empreendidas, em 2005, a partir do mapeamento das necessidades de capacitação explicitadas pelos gestores em face de demandas das respectivas equipes de trabalho, além de orientar-se pelos desafios estratégicos da Companhia, traçados em objetivo específico de nº 16 do mapa estratégico, o qual dispõe: “manter equipes continuamente capacitadas e compatíveis com as necessidades da Companhia”.

24. Após análise da Audin sobre os registros relativos aos treinamentos realizados no exercício de 2005, os quais buscaram conciliar teoria e prática, observou-se que foram treinados pela Companhia 6.629 empregados, comparativamente a um total de treinandos de 5.691 em 2004, verificando-se um acréscimo anual da ordem de 16,48%, em termos quantitativos, na busca pelo estabelecimento da continuidade do clima de aprendizado.

25. Na busca pela expansão do conhecimento dos empregados e diante dos imperativos de responsabilidade social corporativa, destacaram-se, em 2005, as ações do projeto Graduar, o qual teve por objetivo elevar o nível de formação básica, até o ensino médio, de empregados da Companhia e seus dependentes, terceirizados e comunidade carente, cujos resultados foram bastante promissores. No exercício, contou-se com 48 pessoas contempladas pelo projeto (dos ensinamentos fundamental e médio), com 100% de aprovação, sem embargos à aprovação de empregados em exames vestibulares, também.

26. Em termos de rotatividade de gestores nas diversas unidades organizacionais, não se constatou rodízio sistemático entre as funções gerenciais, o mesmo acontecendo relativamente àquelas funções de carreira (atividades do dia-a-dia). A área de gestão de pessoas entendeu que, em 2005, não se fez necessário incluir tal rodízio entre as prioridades de recursos humanos, haja vista que, de um modo geral, os empregados da Companhia estão capacitados para o exercício das tarefas que lhes são atribuídas no âmbito de cada unidade organizacional, distintamente, além do receio de que o turnover pudesse vir a ser interpretado pelas instâncias regulatórias externas como desvio de função.

27. A Conab priorizou a aprovação de um novo plano de classificação de cargos e salários (PCCS), diante dos subsídios fornecidos pela contratada PriceWaterhouseCoopers (CNPJ nº 47.2005.646/0001-79, contratada mediante certame licitatório na modalidade de tomada de preços de nº 001/2005, processo nº 1.868/04), que – no intuito de dotar a Companhia de maior flexibilidade na gestão de pessoas – recomendou a unificação dos empregados em apenas dois cargos: analista (de nível superior) e assistente (de nível médio). O PCCS até então vigente foi implantado em 01 de janeiro de 1991, com quinze anos de existência. A proposta do novo plano será submetida à aprovação da diretoria e encaminhada a outras instâncias governamentais para avaliação e aprovação, no intuito de que seja implantado ainda em 2006, contemplando prioritariamente (na busca de um vínculo mais estreito entre o desempenho profissional e os resultados organizacionais) a avaliação de desempenho dos empregados da Companhia, amparada em conceitos de gestão estratégica de recursos humanos e baseada em competências, habilidades e conhecimentos, configurando-se em ação integradora prevista no planejamento estratégico da Companhia, inclusive.

28. No que pertine ao gozo de férias, verificou-se que seu usufruto pelos empregados da Conab foi objeto de acompanhamento pela área de gestão de pessoas que, por meio de comunicados internos, manteve as unidades regionais e os órgãos cessionários cientes quanto às exigências legais cabíveis, cuja gênese se comprova com a CI-Circular/Diagi nº 195, de 28 de agosto de 2004, a qual ratificou a necessidade de se observar os normativos contidos no Regulamento de Pessoal (cf. art. 145 da Consolidação das Leis do Trabalho). Para isto, verificou-se a existência de controles, com destaque para o Sistema de Recursos Humanos, que dificulta a ocorrência de acúmulo de férias (em dobro). 29. O art. 181, capítulo XVI, do Regulamento de Pessoal

evidencia a atuação da Conab com foco em talentos na medida em que fomenta as iniciativas inovadoras de seu corpo profissional, recompensando aquele empregado comprometido com os objetivos e que apresente idéias, inventos ou trabalho que favoreçam o aperfeiçoamento dos processos de trabalho, o aumento da produtividade e a redução de custos operacionais. A instrumentalidade do feedback do desempenho se dá por meio de elogio escrito; além disso, são agraciados com “botons”, na data de aniversário da Companhia, os empregados com 25, 30 e 35 anos de casa. Constatou-se que essas duas iniciativas têm suporte científico diante da denominada necessidade de realização de David McClelland, prócrea da teoria das necessidades aprendidas, de importância superlativa na moderna ciência da administração.

30. Por força do art. 9º do Decreto nº 2.028/1996, a Conab foi incorporada ao Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (SIAPE), o qual passou a processar a folha de pagamento da Companhia que, em 31 de dezembro de 2005, contava com 3.208 empregados assim distribuídos: matriz (804); AM (69); BA (105); CE (227); ES (98); GO (272); MA (119); MT (102); MS (78); MG (143); PA (61); PI (146); PB (93); PR (109); PE (233); RJ (159); RN (84); RO (46); RS (104); SC (48); SP (68) e TO (40). Deste total, 359 são reintegrados judicialmente (transitado em julgado), 82 mediante liminar, 161 por readmissão judicial pela lei da anistia, 183 por liminar e 588 anistiados administrativamente por força da Lei nº 8.878/1994.

31. A unidade de auditoria interna verificou que a Companhia possui mecanismo de controle de frequência de seus empregados do quadro de lotação e dos empregados cedidos, utilizando folha de frequência individual que, mensalmente, é lançada em sistema específico de recursos humanos.

32. Em 2005, verificou-se, também, que a Conab contratou mediante dispensa de licitação com fulcro no inc. XIII, art. 24 da Lei nº 8.666/93 a Fundação José Pelúcio Ferreira (CNPJ nº 03.308.866/0001-52, processo n. 1.803/2005), para realizar concurso público destinado ao preenchimento de 110 vagas para cargos de nível superior, tendo atraído o interesse de 2.901 candidatos. As provas foram realizadas simultaneamente em 29 de janeiro de 2006, em Belém/PA, Belo Horizonte/MG, Brasília/DF, Campo Grande/MS, Goiabá/MT, Curitiba/PR, Florianópolis/SC, Fortaleza/CE, Goiânia/GO, João Pessoa/PB, Manaus/AM, Natal/RN, Palmas/TO, Porto Alegre/RS, Porto Velho/RO, Recife/PE, Rio Branco/AC, Salvador/BA, São Luis/MA, São Paulo/SP, Teresina/PI e Vitória/ES. As admissões deverão ocorrer no 2º trimestre de 2006.

33. As cessões de empregados da Companhia para outros órgãos e entidades ocorreram com base na Lei nº 10.470/2002 e no Decreto nº 4.050/2001. A maioria das cessões foi amparada pela Lei nº 10.470/2002, cujo novo exercício do empregado depende de autorização específica do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, não importando, nessa situação, ressarcimento financeiro à Conab. A maior parte dos anistiados de 1994 foi cedida e está amparada por aquela lei. As cessões com base no Decreto nº 4.050/2001 têm relação com o exercício de cargo comissionado ou função de confiança e podem ser objeto de reembolso. Ao fim de 2005, 622 empregados da Companhia se encontravam cedidos, sendo 506 pela Lei nº 10.470/2002 e 116 por força do Decreto nº 4.050/2001.

34. Em via paralela, a Conab promoveu no período requisição com base no Decreto nº 4.050/2001 de cinco profissionais para a ocupação de funções de confiança ligadas diretamente à Presidência da Companhia, quais sejam: de Procurador Geral, Auditor Chefe, Chefe de Núcleo de Comunicação, Chefe de Gabinete e Assessor.

35. No exercício de 2005, verificou-se que o total de dispêndios com o Serviço de Assistência à Saúde (SAS) foi de R\$ 10.503.194,93, correspondendo a: a) despesas com consulta (R\$ 1.307.688,12); b) exames (R\$ 3.841.579,53); c) hospitalização (R\$ 2.502.424,33); d) odontologia (R\$ 2.391.947,40); e f) órtese (R\$ 459.555,54). No exercício, foram prestados 136.622 atendimentos, abrangendo empregados e seus dependentes, sendo recuperado pela Companhia, a título de participação dos empregados, o valor de R\$ 1.931.279,90.

36. No ano de 2005, o gasto global com o Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) foi de R\$ 10.074.507,08, com ticket/refeição e ticket/alimentação, tendo sido beneficiada a totalidade dos empregados da Companhia, representando um incremento nominal da ordem de 21,02% em relação ao acumulado de 2004, devido, em parte, ao reingresso de empregados anistiados e concursados, além do aumento dos citados benefícios por força de acordo coletivo de trabalho.

37. O programa auxílio creche/excepcional, no ano de 2005, atingiu a média mensal de R\$ 89.488,33, beneficiando 340 empregados. O auxílio excepcional, no valor médio mensal de R\$ 34.307,50 beneficiou 64 empregados ao mês. No que pertine ao auxílio funeral, em 2005 foram gastos com o programa R\$ 390.000,00, beneficiando 136 empregados.

38. Quanto ao Programa de Transporte Funcional, no ano de 2005, verificou-se que o valor desembolsado em pecúnia totalizou o montante de R\$ 979.799,50, beneficiando em média 1630 empregados. E com relação ao gasto em Vale Transporte (papel) foi da ordem de valor de R\$ 1.482.886,50, beneficiando em média 1578 empregados.

39. Por meio de Atos de Direção e Portarias da Presidência, em 2005, a Conab designou, transferiu e exonou titulares de funções de confiança, obedecidos os normativos internos e às competências regimentais.

40. A Conab recebe informações de aposentadoria por meio de comunicado do INSS, não adotando, todavia, medidas de demissão automática, haja vista a existência da ADIN nº 1.721-3 (Ação Direta de Inconstitucionalidade). Atualmente, a Companhia conta com 71

empregados já aposentados na sua folha de pagamento.

41. Verificou-se que, em 2005, a contratação de anistiados na Companhia, pela via administrativa, teve continuidade com base na Lei nº 8.878/94 e na Portaria Interministerial/MP, MF e MAPA nº 278/2001.

42. Em linhas gerais, relativamente à gestão de pessoas, esta unidade de auditoria interna verificou a alta importância estratégica dada aos recursos humanos na Conab, merecendo destaque a fixação de objetivo estratégico de nº 16 (manter equipes continuamente capacitadas e compatíveis com as necessidades).

IX. ENTIDADES DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

43. O Instituto Conab de Seguridade Social (Cíbrus) é uma entidade fechada de previdência complementar (cf. Lei Complementar nº 108/01), que está sob regime especial de intervenção federal desde 14/12/2000, por força da Portaria MPAS/nº 9.093, de 13/12/2000. A Conab – na busca para assegurar a contribuição, como patrocinadora principal do Cíbrus, e realizar o pagamento em conformidade com o plano de custeio (custos do plano de beneficiários) – obteve crédito orçamentário de R\$ 21.832.360,00, tendo sido executado 100% do programado, conforme demonstrativos do quadro 2 e de acordo com os ditames da Lei Complementar nº 109/01.

44. As contribuições fluíram dentro das condições contratuais normais, incluindo a amortização de parcela excepcional em 30/12/2005, no valor de R\$ 4.041.271,03, e foram realizadas nos moldes dos exercícios anteriores, observados os termos do Aditivo de nº 1, datado de 12/12/2002, ao Convênio de Adesão celebrado em 07/10/1994, entre a Conab e o Cíbrus, o qual promoveu a retificação do valor do convênio, e das condições de pagamento pactuadas.

QUADRO 2 Contribuição à Previdência Privada

Discriminação	Exercício e valores (em R\$)		Incremento Nominal %
	2004	2005	
Orçamentário	16.627.243	21.832.360	31,30
Executado	16.617.326	21.832.360	31,38
Índice de Execução %	99,94	100,00	---

Fonte: Conab/Diafi/Sucon/Siafi

Elaboração: Conab/Digem/Supav/Geare

QUADRO 3 Demonstrativo dos Pagamentos com Previdência Privada

Discriminação	1º Trimestre (em R\$)		Variação %
	2004	2005	
Entidade Fechada de Previdência Complementar	16.617.326	21.832.360	31,38
Complemento de Previdência (Serviço Passado)	9.945.072	14.071.471	41,49
Contribuição Paritária	6.412.476	7.758.555	20,99
Contribuição PDVI	259.778	2.334	(99,10)

Fonte: Conab/Diafi/Sucon/Dre/Siafi

Elaboração: Conab/Digem/Supav/Geare

45. No período sob exame, não se constatou casos de cessão de pessoal ou de bens patrimoniais da Conab, na condição de patrocinadora.

46. Segundo informações do Cíbrus à esta unidade de auditoria interna, a dívida contratada, configurada como Contribuições Amortizantes decorrentes da assunção pela Conab de Serviço Passado, revestiu-se de regularidade por força de Convênio de Adesão celebrado em 07/10/1994, e posterior aditamento em 12/12/2002, com a devida aprovação dos órgãos supervisores e fiscalizadores, cujo saldo, em 31/12/2005, situava-se em R\$ 81.255.544,73. A referida dívida teve origem na adesão ao Plano de Benefícios do CIBRIUS, da massa de empregados (oriundos das empresas COBAL, CFP e CIBRAZEM, as quais formaram a Conab) não alcançados pelo benefício da previdência complementar, cujo serviço passado foi assumido pela Conab nos termos do Convênio de Adesão.

47. Fomos informados de que insuficiências atuariais apuradas na verificação do equilíbrio da entidade, com vistas ao cumprimento da Emenda Constitucional nº 20/98, vem sendo objeto de esforços da Conab, junto a MP/DEST e à SPC/MPS, no sentido de se obter autorização para a formalização contratual das insuficiências, contendo cláusula que possibilite a revisão do valor a ser contratado, desde que estudos e cálculos atuariais, a serem realizados por profissional habilitado, indiquem a alteração do compromisso futuro em face de desligamentos do plano de benefícios da entidade, e de participantes que se desvincularam da Patrocinadora (Conab) por meio de PDV e PDVI e/ou outros fatores que venham a comprometer o equilíbrio do plano de benefícios da entidade.

48. Conforme consignado em parecer atuarial de 2005, a Secretaria de Previdência Complementar por meio do Ofício nº 1.911 DEFIS/CGRE reiterou o entendimento, por vezes externado pelo Cíbrus, pela Conab e pela própria SPC/MPS no sentido de que, sobre o ponto de vista técnico atuarial, não existiria óbices em se atribuir, ao serviço passado, o déficit remanescente no plano de benefícios da Entidade. Na oportunidade, a SPC/MPS solicitou providências no âmbito do DEST, no intuito de propiciar imediata contratação da dívida entre o Cíbrus e a

Conab, de maneira que pudesse ser cessada a intervenção na entidade.

X. CUMPRIMENTO ÀS RECOMENDAÇÕES DA AUDITORIA INTERNA

49. As unidades organizacionais da Conab empreenderam esforços com vistas ao saneamento de disfunções apontadas em relatórios de auditoria interna em 2005, as quais são sistematicamente avaliadas e monitoradas pela Audin em “follow-up” específico, conforme a Prática Recomendada/IIA nº 2500-1.

XI. CUMPRIMENTO DAS DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES EXARADAS PELA CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO (CGU) E PELO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (TCU)

50. Pelos acompanhamentos realizados durante o exercício em referência, verificamos que as recomendações/determinações expedidas pelos órgãos externos de controle foram objeto de ações da Companhia com vistas ao seu cumprimento.

XII. APURAÇÃO DE DENÚNCIAS RECEBIDAS

51. Em 2005, segundo pesquisas junto à Corregedoria-Geral – garantido o respeito dos direitos ou da reputação de terceiros, em conformidade do subitem “i”, alínea “d”, item 1, art. 13 do anexo ao Decreto nº 5.687, de 31/01/2006 – verificou-se a ocorrência de três denúncias decorrentes de notícia jornalística, de demanda da Procuradoria da República/DF e de ação do Gabinete da Procuradoria Geral da União/AGU, as quais tiveram o devido tratamento nos termos, respectivamente, da CI/Proge nº 066/2005, do Ofício nº 330/2005 e do Ofício nº 106/2005.

XIII. APURAÇÃO DE DEMANDAS RECEBIDAS PELA OUIVODORIA

52. A Conab não dispõe de Ouvidoria. As demandas recebidas são tratadas pelo Senhor Presidente, haja vista caber-lhe o exercício do poder hierárquico-disciplinar no termos do inc. XI, art. 99 do Regimento Interno da Conab (Normas da Organização código nº 10.104). O quadro 4 contém o quantitativo dos feitos apuratório-disciplinares no âmbito das unidades organizacionais da Conab, presente a necessidade de respeitar os direitos ou a reputação de terceiros, em conformidade do subitem “i”, alínea “d”, item 1, art. 13 do anexo ao Decreto nº 5.687, de 31/01/2006.

QUADRO 4 Feitos apuratório-disciplinares

Unidade Organizacional	Feitos apuratório-disciplinares		Unidade Organizacional	Feitos apuratório-disciplinares	
	Sindicância	Concluído		Sindicância	Concluído
Matriz	10	00	Paraíba	03	02
Amazonas	09	04	Paraná	06	03
Bahia	00	00	Pernambuco	06	01
Ceará	03	01	Piauí	04	04
Espírito Santo	01	01	Rio de Janeiro	03	01
Goiás	06	02	Rio Grande do Norte	02	00
Maranhão	03	03	Rio Grande do Sul	00	00
Mato Grosso	07	06	Rondônia	00	00
Mato Grosso do Sul	06	02	Santa Catarina	00	00
Minas Gerais	16	08	São Paulo	04	01
Pará	03	03	Tocantins	00	00

XIV. CONSELHO FISCAL E CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

53. Em 2005, em decorrência das deliberações do Conselho Fiscal, foram emitidas 34 comunicações internas, cujos consecutários fortaleceram a gestão da Conab, merecendo destaque, em nossa opinião, a CI/CONFIS nº 034, de 9 de dezembro de 2005, por meio da qual foi sugerido à área de gestão de pessoas, dentro da proposta de futura avaliação de desempenho dos empregados, segmento próprio denominado “Princípios de Controle Interno Administrativo”, à guisa de competências técnicas gerais a serem exigidas, oportunamente, de todos os empregados da Companhia.

54. Na opinião da Audin, o acatamento dessa recomendação do Conselho Fiscal será de importância superlativa para o fortalecimento da política interna de combate a erros, desperdícios, abusos e práticas antieconômicas, sedimentando, no corpo profissional, uma cultura de rechaço ao desperdício.

55. Relativamente às deliberações do Conselho de Administração, também no intuito de fortalecer a gestão, o decorrente acatamento interno se deu de forma ainda mais imediata, na medida em que o Senhor Presidente da Companhia participa, também, desse colegiado.

XV. CONCLUSÃO

56. Em nossa opinião, a prestação de contas da Companhia Nacional de Abastecimento, relativa ao exercício de 2005, está em condições de ser submetida à apreciação do Órgão Central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e do Tribunal de Contas da União, para fins de aprovação.

Brasília-DF, 06 de março de 2006

Antônio Geraldo Machado
Auditor Interno
CRC/MG/TDF nº 30369

Antônio Martins de Lima
Auditor Interno
CRC/DF nº 5285/0-0

Fernando José Sales
Auditor Interno
CORECON/11º R nº 2171

Geraldo Ferreira de Aquino
Auditor Interno

José Romero Santiago
Auditor Interno
CRA/DF nº 5270

José Vismar da Silveira
Auditor Interno
CRC/DF nº 006572/0-3

Paulo Hiroshi Hayakawa
Auditor Interno
CRC/DF nº 4659

Wandenberg Alves de Oliveira
Auditor Interno
CRC/DF nº 2068

Zilda Eulina Reis Pacheco da Silva
Auditora Interna
CRC/DF 7417

Paulo Ricardo Grazziotin Gomes
Chefe da Audin
CORECON/11º R nº 3772

As cinco dimensões do desempenho, sob análise da Audin, podem ser consideradas assimétricas/não equilibradas no mapa estratégico da Conab (no que pertine participação % dos indicadores de desempenho), com 99,9% de certeza, a um nível de significância de 0,1%, utilizando-se da tábua de distribuição de qui-quadrado de PEREIRA, José Severo de Camargo & BUSSAB, Wilton de Oliveira. Tábuas de estatística. São Paulo: Harbra, 1985, p. 2.

Teste de aderência de qui-quadrado sobre as dimensões do desempenho

Dimensões do desempenho	Valores		Diferenças (O – E)	(O – E)²	(O – E)² / E
	Observados (O)	Esperados (E)			
Economicidade	9,3	20,0	- 10,7	114,49	5,72
Eficiência	16,3	20,0	-3,7	13,69	0,68
Eficácia	30,2	20,0	10,2	104,04	5,20
Efetividade	32,6	20,0	12,6	158,76	7,94
Equidade	11,6	20,0	- 8,4	70,56	3,53
Σ	100,0	100,0	0	---	qui² ₀ = 23,07

Graus de liberdade = 5 – 1 = 4

Nível de significância (α) = 0,1%

Ho → P (E) = 20% (lei: dimensões do desempenho equilibradas/simétricas) qui²_c = 18,467

Ha → P (E) ≠ 20% (assimetria nas dimensões do desempenho; indicadores não equilibrados)

Regra de decisão → Como qui² observado > qui² crítico → Ho rejeitada.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Companhia Nacional de Abastecimento - Conab e no uso de nossas atribuições estatutárias, em reunião extraordinária realizada em 7 de março de 2006, examinamos o Relatório de Atividades do Gestor e os Demonstrativos Contábeis, que compõem a Prestação de Contas do exercício de 2005, e respaldado na conclusão do Relatório de Auditoria nº 001, de 3/3/2006, da Auditoria Interna – Audin, somos de opinião que: o Balanço Patrimonial, a Demonstração de Resultado do Exercício, a Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e as Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis, refletem a situação financeira, econômica e patrimonial da Companhia e encontram-se em condições de serem apreciados.

Brasília-DF, 7 de março de 2006.

MAURÍCIO ANDRADE COURA
Presidente

EVANIR VALENTIM DE MÉLO DA MOITA
Conselheira

LÚCIA AÍDA ASSIS DE LIMA
Conselheira

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA CONAB

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o disposto nos incisos IV e V, do artigo 16 do Estatuto Social da Companhia, tendo examinado o Balanço Patrimonial da CONAB, as respectivas Demonstrações do Resultado do Exercício, as Mutações do Patrimônio Líquido, as Origens e Aplicações de Recursos, as Notas Explicativas e o Relatório de Atividades do Gestor, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2005, considerando, ainda, o contido no Parecer da Auditoria Interna, resolve APROVÁ-LOS e submetê-los ao Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Brasília-DF, 8 de março de 2006.

LUÍS CARLOS GUEDES PINTO
Presidente

JACINTO FERREIRA
Conselheiro

ERWIN JULIO KLABUNDE
Conselheiro

IVAN WEDEKIN
Conselheiro

LINNEU CARLOS DA COSTA LIMA
Conselheiro

GUILHERME COSTA DELGADO
Conselheiro